

## As influências do conhecimento universitário francês do século XIII na educação do monarca português D. Diniz

### Resumo

O objetivo desse estudo é verificar de que maneira a formação de D. Diniz, VI rei de Portugal e primeiro a ter uma educação formal (MATTOSO, 1997), foi relevante para sua atuação como governante e organizador da cultura portuguesa. Os historiadores e cronistas que se encontram na base de nossa pesquisa tratam de questões essenciais para os nossos estudos como, por exemplo, a construção da nacionalidade de Portugal, a criação da Universidade portuguesa e a própria educação de D. Diniz. Os cronistas são MARIZ (1806), ACENHEIRO (1824), LIÃO (1600), PIMENTA (1948) E BRANDÃO (1650); os historiadores, por seu turno, são: AMEAL (1968), SARAIVA (1950), MATTOSO (1994), ALMEIDA (1922), COSTA (1991) e OLIVEIRA (2012).

**Palavras-chave:** Educação Medieval; Universidade; D. Dinis.

**Mariana Vieira Sarache**

Universidade Estadual de Maringá  
maryanairam@hotmail.com

**Terezinha Oliveira**

Universidade Estadual de Maringá  
teleoliv@gmail.com

### Introdução

Um dos aspectos que consideramos mais relevantes em nossa pesquisa é a iniciativa do Rei para a fundação e conservação da Universidade em Portugal, já essa instituição foi essencial tanto para a construção da nacionalidade como para o desenvolvimento cultural do reino no período. Aliás, cabe observar, uma e outra, são

faces de uma mesma moeda. Não é possível a construção de uma nacionalidade sem que, ao mesmo tempo, se crie uma cultura que seja própria a ela. Para considerarmos nosso objeto de estudo, que é a formação do rei, analisando a importância da criação da Universidade como resultado de sua educação, buscamos uma metodologia que compreendesse um período histórico de maneira ampla e, para isso, baseamos esse estudo na concepção de história social, formulada pela Escola dos Annales, particularmente Marc Bloch. O ponto de partida que permite a nossa aproximação teórica com este historiador é a ideia ‘de um fundo permanente’ isto é, que a história é contínua e tem de ser analisada em seus aspectos amplos, abrangendo os indivíduos, a sociedade, por conseguinte, as próprias instituições. Mais ainda, que os aspectos políticos, econômicos e sociais devem ser vistos como partes de um todo e que somente poderemos compreender o conjunto dirigindo-nos para os seus elementos singulares, considerando-os como pertencentes a ele.

A consideração dos principais acontecimentos em sua totalidade nos possibilita compreender que, se as condições históricas encontram-se na base da ação dos homens, por outro lado são necessárias a vontade e a ação do homem para mover a história, na medida em que definem o rumo a ser tomado pela sociedade ao longo dos anos e até mesmo dos séculos. Desse modo, o social e o individual se entrecruzam e é preciso que os homens enfrentem as questões da sua época, posicionem-se diante delas e assumam as implicações desse posicionamento. Mas, são indivíduos que corporificam essa tomada de posição e levam adiante os projetos da sociedade da qual fazem parte.

Na passagem abaixo, Bloch nos ajuda em nossa empreitada, ao ressaltar que conhecer a história da humanidade implica intrinsecamente em considerar o homem e suas ações diante do processo de desenvolvimento da sociedade.

[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se

parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2001, p. 54)

O historiador trata o próprio ofício — o de compreender a história — como algo minucioso e complexo, pois entender a história não se resume em olhar os fatos simplesmente, mas em analisar os homens como um conjunto que forma as relações e constitui as possibilidades para seu desenvolvimento. Bloch considerava que, para ser historiador, é preciso ter em vista as questões sociais, partindo de princípios multidisciplinares, ou seja, deve-se considerar a sociedade na medida em que se considera o homem, ambos são objetos de estudo do historiador, pois tanto a sociedade quanto o homem compõem e caracterizam um período. Isso pode ser visto em sua obra *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Após essas considerações acerca do caminho teórico que percorremos, passaremos à análise do nosso objeto de estudo.

#### D. Diniz e o cenário medieval

D. Diniz nasceu no ano de 1261 e assumiu o trono em 1279, com 18 anos, logo após a morte de seu pai, D. Afonso III, e faleceu em 1325. Segundo os historiadores portugueses, seu reinado foi muito conturbado, tendo herdado do seu pai várias pendências com o clero<sup>1</sup>, dívidas de territórios e bens a perder por confisco pela Igreja. Além desse cenário de crise, era patente no reino a carência de administradores, conhecedores das leis do Direito Romano de onde, na sua época, depreendiam as normativas das relações econômicas e políticas na maior parte do Ocidente Medieval.

---

<sup>1</sup> “Também sustenta Dom Diniz guerras com Castela, após a morte de Sancho o Bravo, em defesa das pretensões do Infante Dom João contra o jovem Fernando IV. Guerras que, depois de lhe renderem as vilas de Moura e de Serpa e o castelo de Noudar, terminaram pela paz de Alcanizes (1297) em que se ajustam os casamentos de Fernando IV com a infanta Dona Constança e de sua irmã Dona Beatriz com o nosso Príncipe Dom Afonso.

Há que resolver os conflitos, ainda provenientes do reinado anterior, com a classe eclesiástica. Conservam-se de pé a excomunhão e a interdição decretadas por Gregório X. Mas os tempos são outros. Mediante hábeis negociações estabelece-se uma concordata que o Papa Nicolau IV aprova pela Bula de 7 de março de 1289. Algumas desavenças persistem; solucionam-se por novo acordo. Quando se verificam atritos entre Dom Diniz e o Bispo de Lisboa, ficam do lado do Rei os Prelados de Braga e de Coimbra. Longe de estimular e agravar a questão, Roma contribui para saná-la o mais depressa possível. Passou a fase culminante do poderio dos Papas; a autoridade dos reis adquire tal vulto que já não pode ser abalada ou comprometida com a facilidade de outrora. Dom Diniz sabe aproveitar admiravelmente as disposições romanas- e fazer prevalecer o seu ponto de vista.” (AMEAL, 1968, p. 107)

A partir desses fatos acreditamos ser pertinente apresentar brevemente as características do período em que inicia o reinado de D. Diniz para, em seguida, tratarmos da sua formação e atuação em favor do desenvolvimento de Portugal como nação.

Tendo como ponto de partida o Ocidente Medieval, o que observamos é que, no final do século XIII e início do século XIV, Portugal encontrava-se em uma condição menos favorecida de desenvolvimento em relação aos demais territórios da Europa, como França, Itália e Inglaterra. Segundo historiadores como Mattoso (1994) e Saraiva (1950), uma das principais razões para essa situação era a sua dependência tardia em relação à Espanha e a submissão do reinado anterior ao de D. Diniz ao comando da Igreja.

A Igreja era uma instituição de grande influência em Portugal. É sabido que a Idade Média teve em sua base a construção da religião e a instituição do cristianismo. Esses fatos derivam-se da atuação da religiosidade difundida na cultura dos povos nômades que participaram da constituição do Ocidente medieval desde o final do Império Romano.

O pensamento religioso, as crenças e as culturas praticadas pelos povos medievais se justificam, portanto, em virtude da necessidade de reforço e apoio para a expansão da sociedade ao longo do medievo. A religião se enraizou na sociedade, moldando-a. Em poucas palavras, podemos afirmar que o homem medieval foi formado pela Igreja Cristã na medida em que a Igreja Cristã moldou os homens e ela própria se moldou neles possibilitando o desenvolvimento das relações sociais.

Esse processo de nascimento da Europa não foi espontâneo e imediato. Antes, verificou-se ao longo dos séculos, dando ensejo a tempos de heroísmos e de atrocidades. Como nos mostra Le Goff (2012), em sua obra *A Idade Média*, este não foi um período do qual se recorda, atualmente, com muito entusiasmo em virtude das violentas e inóspitas condições de higiene, pobreza excessiva, doenças desconhecidas, outras, como a peste negra, que assolavam um contingente imenso quando aderida, etc..., mas também não se pode descartar uma época toda que teve grandes feitos e conquistas, nomes de homens que até hoje são considerados precursores da ciência, da política, da religiosidade, dentre outros elementos.

Eu diria que a Idade Média não é o período dourado que certos românticos quiseram imaginar, mas também não é apesar das fraquezas e aspectos aos quais não gostamos, uma época obscurantista e triste, imagem que os humanistas e os iluministas quiseram propagar. É preciso considerá-la no seu conjunto. Em relação à Antiguidade, é um período de progresso e desenvolvimento em diversos pontos, e vou mostrar isso. Existe, é verdade, uma Idade Média “má”: os senhores oprimiam os camponeses, a Igreja era intolerante e submetia os espíritos independentes (que eram chamados de “hereges”) à Inquisição, que praticava a tortura e matava os revoltosos nas fogueiras... Havia muita fome e muitos pobres; todos tinham medo, um medo exagerado, por exemplo, do mar e das florestas... e do diabo. Mas hoje temos outros medos que são ainda mais numerosos, e alguns mais assustadores (medo dos extraterrestres, ou aquele, bem real, da bomba atômica). No entanto, existe também a “bela” Idade Média, presente, principalmente, na admiração das crianças: diante dos cavaleiros, dos castelos fortificados, das catedrais, da arte românica e da arte gótica, da cor (dos vitrais, por exemplo) e da festa. Também esquecemos quase sempre que, na Idade Média, embora as mulheres ainda tivessem um lugar inferior ao dos homens, adquiriram ou conquistaram uma posição mais justa, mais igual, de mais prestígio na sociedade- posição que nunca tinham tido antes, mesmo em Atenas, na Antiguidade. [...] A Idade Média é o momento do nascimento da Europa! (LE GOFF, 2012, p. 19).

Nesse sentido, consideramos que a ideia que se propaga acerca desse período como uma época de trevas, tanto em questão de desenvolvimento como intelectual, não se sustenta se lembrarmos que a sociedade, ainda que de maneira árdua e lenta, se desenvolveu. Podemos dizer ser esse o maior propósito da Igreja, isto é, que se desenvolvessem princípios de civilidade nessa sociedade caótica em fins do Império Romano.

Para o cristianismo não havia possibilidades de uma comunidade se formar e firmar-se se os homens (pelo menos uma parte deles), cada um em sua individualidade, não alcançassem um mínimo de desenvolvimento moral e intelectual. Quando os homens passam a se tolerar e a conviver, resolvendo seus problemas de forma mais ‘natural’ em virtude de hábitos adquiridos, então a inteligência está sendo usada no lugar da violência e, conseqüentemente, isso redundará em um bem comum.

[...] o desenvolvimento da atividade social e o da atividade individual, o progresso da sociedade e o progresso da humanidade. Em toda parte onde a condição exterior do homem se desenvolve, se vivifica, se aperfeiçoa, em toda parte onde a natureza intimado homem se manifesta com brilho, com grandeza, nestes dois sinais, e

freqüentemente malgrado a profunda imperfeição do estado social, o gênero humano aplaude e proclama a civilização [...] (GUIZOT apud OLIVEIRA, 1997, p. 283).

A formulação de que o meio social deveria ser passível de desenvolvimento por meio de ação dos homens deu bases para a formação de uma maneira de viver que, mais tarde, se tornou o modo de vida pela qual os homens se mantiveram por quase toda Idade Média, que foi o modo feudal.

Foi somente nos séculos XII e XIII que começaram a aparecer indícios de uma nova forma de vida que, mesmo não tão evidente como o feudalismo, foi o início de um mundo que poderia chegar com ideias inovadoras, relações com maiores complexidades do que aquelas que os homens estavam acostumados.

No final do século XIII e início do século XIV, o Ocidente Medieval já havia atingido um alto nível de desenvolvimento - com relação aos primeiros séculos da medievalidade -, já que a primeira época expressava um tempo de muita contradição em função de o mundo Romano ter se esfacelado e as relações feudais principiarem a erigir; na segunda época, assistiu-se ao florescimento dessas relações. Ao longo dos séculos XII e XIII, o renascimento do comércio criou novas maneiras de os homens se relacionarem; trouxe, igualmente, novas exigências, como novas leituras. Entre o contato de uma e outra cultura que se encontravam nas feiras medievais, nas relações de comércio e na aprendizagem de um e outro ofício para o trabalho, o homem percebeu a necessidade de um ensino que pudesse formar novas profissões. Esse conhecimento foi ensinado, primeiro, nas escolas laicas e urbanas do século XII; depois, a partir do século XIII, nas Universidades, especialmente nas três principais faculdades a do direito, de medicina e de teologia.

Para o nosso estudo é importante ter presente esse contexto, pois os conhecimentos ensinados nas faculdades que compunham a Universidade, do século XIII, foram cruciais para a formação e organização da nacionalidade do local em que essa instituição estava instalada. Portugal pode ser considerado um exemplo disso. Os indivíduos nela formados seriam empregadas em cargos na corte para lidarem diretamente com os assuntos do rei, em serviços ligados à comunidade, aos banqueiros, à igreja, aos hospitais, às ordens medievais, ou seja, cada um em sua função, motivados pelo rei — seu governante — ou por outras

forças sociais, como os ‘burgueses’, passariam a contribuir mais diretamente e eficazmente para a construção de um meio comum, de uma população que, aos poucos, se fortalecia e comungava de um mesmo ideal de nacionalidade.

Consideramos, assim, a Idade Média de maneira ampla, ao apresentarmos o seu início, suas características e também suas instituições. Com isso, mostramos um mundo distinto do nosso, precisamente por suas características e instituições, mas que se trata de uma sociedade também composta por homens que possuem vícios e virtudes como a de qualquer outro tempo histórico, inclusive ao nosso. É evidente, no entanto, que não estamos afirmando que a Idade Média é igual ao nosso tempo, pois isso seria praticar o anacronismo. Apenas estamos indicando que aquela época constitui a origem da nossa existência. Temos um governante, vivemos em comunidade, mesmo que cada um em um núcleo familiar. Temos o trabalho como sustento de nossas vidas, as diferenças sociais econômicas, o comércio e a igreja que, para muitos, ainda é elemento fundamental na vida terrena. Há ainda outro aspecto em comum que está vinculado ao lócus de onde falamos - que damos destaque neste trabalho — a Universidade. Essa instituição ainda tem muito valor social (*status* e condição econômica) e moral, por ser a instituição que proporciona a formação de maior nível cultural.

### A formação do rei D. Diniz e seus feitos como governante

Os historiadores nos fornecem poucas informações acerca da formação do rei D. Diniz. Sabemos, a partir deles, mais sobre sua importância para a construção da nacionalidade e de quão esmerada ela foi. Todavia, ela não é mostrada em detalhes, como se efetivou. Sequer sabemos se D. Diniz frequentou alguma universidade. Contudo, os cronistas apresentam alguns dos seus preceptores e sabemos, pelos historiadores, que eram muito considerados na época. Também aqui não encontramos muitas informações acerca desses preceptores, o que representa um desafio para nós. Propomos, em nosso estudo, buscar nas crônicas a maior quantidade possível de informações acerca da sua educação.

Um dos autores estudado, Almeida (1922), nos apresenta uma informação que vale ressaltar e que, de certa forma, explica o fato de D. Diniz ter sido o primeiro rei a ter semelhante educação. Almeida nos informa que D. Afonso III, pai de D. Diniz, teve, por meio da corte francesa, contato com a literatura de maior valor intelectual, além de seu avô, Afonso X, rei de Castela e genro de D. Afonso III, ter sido autoridade de grande referência na formação do genro e posteriormente, do neto.

A influência exercida no espírito de D. Afonso III pelo contacto da civilização francesa veio a repercutir-se na corte de Lisboa, onde aquele monarca e alguns nobres portugueses que o tinham acompanhado no estrangeiro introduziram e favoreceram a literatura do gosto provençal, então cultivada com entusiasmo além dos Pirineus.

Esta corrente favorável ás manifestações da inteligência recebeu novo alento alto prestígio que em toda a península e fora dela alcançara Afonso X de Castela, que por sua ilustração e amor das letras merecera o cognome de *sábio*. De modos diversos exerceu Afonso X grande influência em seu genro, D. Afonso III de Portugal, e em seu neto D. Dinís. Semelhantes circunstâncias, compreendidas pela sagaz inteligência de D. Afonso, determinaram êste monarca a ministrar a seu filho educação esmerada, como a não tinham recebido ainda príncipes portugueses. Deu-lhe por aio Gonçalves Magro, em quem as qualidades pessoais concorriam com as tradições de família, como terceiro neto de Egas Monís. A missão educadora de Lourenço Gonçalves foi continuada por Nuno Martins de Chacim, que teve o cargo de adeantado (fronteiro mór) na Beira e Entre Douro e Minho, e depois o de mordomo- mór de El Rei D. Dinís. (ALMEIDA, 1922, p. 235)

Almeida assinala a preocupação dos reis, Alfonso X, o Sábio, como era chamado o rei de Castela, e Afonso III, em formar D. Diniz para desempenhar o cargo de tamanha importância e complexidade que assumiria em vida adulta. Mostra, ainda, que seus antepassados eram homens de visão e que D. Diniz herdou essa característica com a educação recebida.

Para instruírem o jovem príncipe nas letras, deu-lhe D. Afonso III mestres de grande reputação. Entre estes contam Emérico d'Ébrard (Aiméric d'Ébrard), ilustre sacerdote francês da Aquitânia, que veio a ser Bispo de Coimbra; e Domingos Anes Jardo, cujo o nome anda ligado a fundação da universidade [...].

Educado em tais cuidados, o novo monarca deu ao seu governo, sob diversos aspectos, esplendor que anteriormente não se vira. (ALMEIDA, 1922, p. 235)

Nessa citação de Almeida vimos que a formação que o rei recebeu foi fundamental, a seu ver, para a construção de uma identidade para o reino, na qual nenhum outro rei havia antes conseguido. O autor cita alguns nomes, como de Aiméric d'Ebrard e Ane Jardo. Encontramos essas referências também em Soares, em cujo texto apresenta uma passagem que confirma aquilo que Almeida mencionara anteriormente acerca dos preceptores do rei e a respectiva influência de seus antepassados na formação do monarca D. Diniz.

Aliás ainda no que se refere ao entorno de D. Diniz, seu pai D. Afonso III (1248-1279), antes de vir a ser Rei, permanecera 16 anos em França e, ao regressar, rodeou-se de letrados franceses (Como ayméric d'Ebard, preceptor de D. Diniz) e portugueses formados em Universidades estrangeira, como por exemplo o Doutor Domingos Jardo, que obtivera o doutoramento em Paris. (CAETANO apud SOARES [19?], p. 173).

Como já afirmamos, poucos documentos/ textos tratam diretamente dos preceptores de D. Diniz. Na *Enciclopédia Luso Brasileira*, as informações são escassas, mas nela encontramos a hipótese de que Aiméric d'Ebrard não fora seu preceptor e há mesmo dúvidas se D. Domingos Ane Jardo o foi. Todavia, existe um consenso seja nas crônicas, seja na historiografia, de que a educação do rei fora esmerada e de cunho francês, incentivada pelo pai. No entanto, ao examinarmos um documento com poesias do próprio D. Diniz, notamos as seguintes considerações acerca de Aiméric d'Ebrard:

Voltando para Portugal, logo que o infante D. Diniz, seu filho primogênito, começou a medrar em annos, tratou aquelle illustrado monarca de provê-lo de habéis mestres, e fez entre outros escolha do celebre Aimerico d'Ebrard, filho d'um fidalgo francez chamado Guilherme d'Ebrard, senhor de São – Sulpicio em Quercy, o qual foi depois elevado por seu real discipulo á dignidade de Bispo de Coimbra em 1279, no mesmo anno em que succedeo no throno a seu augusto pai. Tinha então o novo monarca 1 annos de idade, e achava-se cercado d'uma roda de fidalgos velhos, que havião brilhado na cõrte de seu pai por seus talentos e virtudes, e cujos filhos se ensaiavão para mais tarde illustrar a sua: assim que, seguindo os vestigios de seu illustre progenitor, promoveo em Portugal os estudos, e antes de fundar a universidade, augmentou o numero dos mestres escolas, estabelecidos nas cathedraes e collegiadas, por cuja conta corria a instrução da mocidade, e pelo mesmo teor o dos conventos e mosteiros, onde se ensinavão as artes liberaes, talvez medicina, e com certeza a logica, como se depreheende da que para esse effeito compoz o celebre Pedro Julião, que passados annos, veio a

assentar-se na cadeira pontifícia com o nome de João XXI. (*Cancioneiro d'El Rei D. Diniz*- Vet. Port. III B. 99)<sup>2</sup>

De qualquer modo, é importante ressaltar que, de uma forma ou de outra, D. Diniz teve uma educação que o preparou para os desafios que teria que enfrentar quando ascendesse ao trono. Nosso propósito é justamente considerar os diferentes aspectos do seu reinado, dando ênfase à criação da Universidade na medida em que entendemos que a mesma derivou de uma série de embates e exigências que D. Diniz teve que responder e solucionar. Em função disso, analisaremos a educação desse rei e como esta repercutiu em aspectos positivos de seu reinado, ou seja, a partir do seu incentivo para a criação da primeira Universidade portuguesa. Essa instituição, por sua vez, constituiu um importante centro cultural de um território que se tornava, aos poucos, uma nação.

O Rei desenvolveu várias ações importantes: prosseguiu com a centralização do poder, processo anteriormente iniciado; procurou desenvolver economicamente o reino (incentivo à agricultura; criação de feiras; exploração das minas); dotou o reino de uma justiça regular (organização das Ordenações afonsinas); regulou os direitos senhoriais e clericais; reorganizou a Marinha, dentre outras medidas de reforma. O ponto culminante de todo esse processo foi a criação da primeira Universidade em Portugal, em 1290. (ALMEIDA, 1922, p. 15).

Espreveo loguo elRey sobre esto ao Papa Johão XXII, que emtam, emvyando pedir a sua Santidade cousas que pera esto compriom. E o Padre Samto lho outorguou todo. E mamdou ele emtam vir d outra terra a sua custa gramdes mestres e doutores de toda çiemçia përa emsynar em seu Regno quantos quijessem aprender. E ordenou mui nobre Estudo na cidade de Coimbra e deulhe gramdes priujllegios, e este foy h oprimeiro Estudo que em Portugal ouve. (*Crônica de D. Diniz - Código de Cadaval*, 965, 1947).

D. Diniz foi o primeiro rei de Portugal a se interessar e a tomar a iniciativa para fundar uma universidade no Reino. Acreditamos, pois, que sua educação, entendendo

---

<sup>2</sup> O documento *Cancioneiro d'El Rei D. Diniz* e a *Crônica Código de Cadaval* 965 encontram-se com páginas não enumeradas. Algumas páginas contêm sequência numérica, outras simplesmente não tem nenhuma informação a não o da folha em que o texto foi retirado.

Observamos, também, que as referências do *Documento* e da *Crônica* não obedeceram as normas da ABNT por se tratarem de documentos anteriores ao século XIX. Obedece-se, assim, as normas internacionais de citações para documentos das épocas antiga e medieval.

por isso o conhecimento que tinha do que ocorria em outras regiões, especialmente na França, junto com a percepção das exigências da sociedade portuguesa, desempenhou um papel decisivo nas medidas que tomou para promover o desenvolvimento de Portugal, incluindo nelas justamente a criação da Universidade.

Ele foy o mais riquo senhor que nenhum dos outros açerqua de sy, e de mayor fama e de tão leda converçação mostrar aos seus, que todos ho amavom de toda vomtade. E se alguma cousa nobre começava, trabalhava mujto de a trazer a fim. E as vezes o brydava real nobreza a cujdar em cousas baixas por proveyto de todo seu povo. E como aquele que sempre pemsava como sua terra serja homrrada e avomdosa de totalas cousas, chamou hum dia alguns de seu Conselho e diselhe asy: < Muyto cumpre a qualquer pessoa de reger, que trabalhe e aja cujdao, que ele e os moradores de seu Regno creção per frujtos de mujta justiça em tal gujsa, que depois desta presente vida mereçam [...] (Crônica de D. Diniz- Código de Cadaval 965, 1947).

D. Diniz recebeu vários cognomes que fazem jus à sua atuação: ‘O Lavrador’, ‘Rei Agricultor’, ‘Rei Poeta’ e ‘Rei Trovador’. Com efeito, ao longo do seu reinado (1279-1325) tomou muitas medidas que promoveram o desenvolvimento do reino.

Como Lavrador, Dom Diniz toma providências para impedir a acumulação desmedida de territórios nas mãos das Ordens e do clero- e assim favorece a distribuição mais equitativa. Como Lavrador, dá o máximo incremento às feiras populares, tão importantes para a circulação dos gêneros e a intensificação das trocas. Como Lavrador, promove a secagem de diversos pauis: o de Ulmar, o de Salvaterra de Magos, o de Muge, o de Valada- e faz distribuir as terras por povos colonos. Como Lavrador, enifim, alarma-se ante a ameaça suspensa sobre os férteis campos de Leiria pelas deslocções de grandes massas arenosas que os ventos da costa impelem – e desenvolve a plantação dos imensos pinhais que hão de fixar aquelas terras móveis e mais tarde fornecer a madeira para os barcos em que os Portugueses lançarão a descoberta do Universo. Ao mesmo tempo, junta novas unidades à marinha de guerra e à força comercial, que intensifica as suas relações com a Inglaterra, o norte da França, a Flandres, outros países europeus. Morto o almirante Nuno Fernandes Cogominho, contrata para o comando supremo das esquadras o afamado genovês Manuel Pesagno, ou Peçanha, de grande experiência e competência (AMEAL, 1968, p. 109-110).

O Rei é referido nos textos dos historiadores portugueses e nas crônicas como D. Diniz, o Lavrador, por ter tido a maior aproximação e apreço pelo cultivo da terra dos que

nela trabalhavam. Deixou, assim, um voto de confiança e de pertença ao território pelos seus.

É certo. Porque o Lavrador desvelado, o homem da Terra, o protector do Comércio e da Marinha- é também extraordinário animador da Cultura e das Letras. Não lhe bastam as sementeiras lançadas à Terra; outras sementeiras, as do Espírito, constantemente lhe inspiram e solicitam o ânimo. Ninguém duvida de que as segundas contribuirão para lhe ilustrar o nome tanto, pelo menos, como as primeiras. (AMEAL, 1968, p. 110).

As palavras de Ameal acerca do dinamismo de D. Diniz são facilmente localizadas na *Crônica* como atesta a passagem a seguir: “E com direito e verdade defende o sempre sua terra, nom deixamdo dela perder nenhuma cousa, antes acreçemtou em seu regno muitos lugares e fez em ele muitas povoações” (*Crônica de D. Diniz- Código de Cadaval, 965*).

Com isso, vemos que D. Diniz teve importância em todos os aspectos e lugares pelo qual atuou em seu reino, garantindo que o reino se expandisse e tivesse qualidades semelhantes às regiões mais desenvolvidas.

O povo exulta. Aplauda e acompanha o Rei na acção magnífica a prol do comum. E ao ver o alcance e a felicidade das suas iniciativas, a extensão das suas benfeitorias, o êxito constante dos seus esforços, resume num dístico simples a admiração que lhe vai na alma:

*El – Rei D. Diniz Fez tuo quanto quis...*

[...]

Verídico, justo, exemplar na administração, incansável no fomento do Reino – Dom Diniz, nas horas livres, ainda encontra tempo para trovar. E mostra-se, além de modelo de Monarcas, um dos melhores trovadores de Portugal. Os versos brotam-lhe espontâneos, fluentes, melodiosos. Cantares de amor, cantares de amigo, motivos de puro sabor popular – no jeito das velhas canções[...] (AMEAL, 1968, p. 110-111)

O rei não só ganhou a confiança e o respeito do povo, como sua admiração e reconhecimento como governante. Certamente, isso o auxiliou decisivamente a sua administração. Suas ações contribuíram definitivamente para a construção do reino e da Universidade e vimos, até o momento atual da pesquisa, que sua formação lhe forneceu as condições necessárias para tais ações, as quais deixaram sua marca de grande governante.

## Como observa Oliveira

O governante não pode mais ser parcial e defender seus interesses e de seus pares. Ao contrário, a sua vontade privada não deve entrar na ordem do dia, já que os interesses daqueles que governam devem ser os interesses dos seus governados. [...] O governante deve submeter-se às leis, deve pensar somente na utilidade pública e, especialmente, deve seguir e promover a lei. Portanto, esse espaço comum e público não pode ser regido pela força, o poder não se encontra na força pessoal do senhor, mas na lei das cidades e, ao menos no âmbito da comuna, deve reger a todos da mesma forma. (OLIVEIRA, 2012, p. 31)

Nesse sentido, vemos que essa atuação é presente nas ações de D. Diniz, pois o monarca teve, em suas escolhas, o princípio do bem comum. Assim, também é possível a análise da sociedade, concomitantemente, com a análise do indivíduo, ou seja, a sociedade portuguesa, ainda que com aspectos de atrasos em relação a outros territórios do Ocidente europeu, alcançou grandes conquistas no território e nacionalidade portuguesa, principalmente pelos esforços de seu dirigente. Certamente isso não seria possível se o rei não tivesse a formação que recebeu com os princípios nela conduzidos, além do exemplo expresso pela vida de seu pai- Afonso III e seu avô- Afonso X.

## Considerações finais

Fizemos algumas considerações no sentido de explicitar que a educação do rei pode ser um exemplo para nós educadores, como um projeto de vida, possível a ser formulado e ensinado em princípios e prioridades desde a tenra infância. Mesmo que infantes, precisamos pensar que nossos alunos serão adultos, precisarão tomar decisões na vida adulta com maturidade, responsabilidade e coerência. Isso se faz necessário na medida em que as pessoas recebam formação adequada para agir por si mesmas e em sociedade, entender que suas ações refletem em uma esfera ampla que não somente em sua vida pessoal. Assim, certamente, estaremos mais próximos de alcançar a educação de pessoas que tenham princípios de cidadania.

Além desse aspecto, o que nos é apresentado é a formação do rei, o monarca que desde criança participa das ações do reino e tem consciência da responsabilidade do cargo que assumirá. Desse modo, a preocupação da educação expressa neste período à

esse indivíduo é, de certa forma, um privilégio, não era intenção que fossem educadas assim todas as crianças medievais, nem mesmo seu irmão teve tal acompanhamento. Mas o que vemos é, mesmo em uma sociedade na qual se dividem os privilégios, dividem-se também as funções. O rei na mesma medida em que teve uma educação esmerada teve na vida adulta uma função da qual tinha por responsabilidade a direção de uma sociedade.

Portanto, se pensamos em uma educação no sentido da sociedade em que vivemos não estamos propondo um novo formato da escola, nem novos métodos para a aprendizagem, mas sim, conceitos das quais são essenciais para a formação de qualquer indivíduo, independente de sua função na sociedade, até porque não podemos prever o futuro das pessoas nem mesmo de um grupo de pessoas, mas podemos, como formadores, proporcionar elementos que auxiliem essas pessoas, quando adultas a serem capazes de escolher, com clareza e consciência, suas ações.

## Referências

### Documentos Primários Impressos

ACENHEIRO, Christovão Rodrigues. *Chronicas dos senhores reis de Portugal*. In: **Collecção de Ineditos de Historia Portugueza**. Lisboa: Academia Real de Sciencias de Lisboa, 1824, t. V.

BRANDÃO, Frei Francisco. **Monarchia Lusytana**. Lisboa: Officina de Paulo Craesbeeck, 1650, t. V

COSTA PIMPÃO, A. J. da. D. Diniz. In: **Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura**. V. 23. Disponível em: <<  
[http://62.48.168.227/extras/bmdd/anexos/biografia\\_d\\_Diniz.pdf](http://62.48.168.227/extras/bmdd/anexos/biografia_d_Diniz.pdf)>> Acesso em: 20 nov. 2013.

**CRÔNICA DE D. DINIZ**. Texto inédito do Código de Cadaval 965, Coimbra: Ed. Carlos da Silva Tavoura, 1947.

LIÃO, Duarte Nunes do. **Chronicas dos reis de Portugal**. Primeira parte. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600.

## Estudos

ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**. Desde os tempos Préhistóricos até a aclamação de D. João I (1385). Coimbra, 1922, T. I.

AMEAL, João. **História de Portugal**. Das origens até 1940. 6ª Edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, O ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

COSTA, Mário Alberto Nunes. **Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1991.

MARIZ, Pedro de. **Diálogo de varia história**. Lisboa: Na Impressão Régia, 1806, tomo I.

MATTOSO, José. (texto). A universidade portuguesa e as universidades europeias. In: MATTOSO, José. **História da Universidade em Portugal**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, Ltda. 1997. p. 3-29.

MATTOSO, José. O Suporte Social da Universidade de Lisboa- Coimbra (1290- 1527). **Revista Penélope, fazer e desfazer a história**, Lisboa, nº 13, p. 23-35, 1994.

OLIVEIRA, Terezinha. Universidade Medieval: um *locus* de produção e conservação de bens culturais. In: OLIVEIRA, Terezinha. **Ensino e debate na Universidade Parisiense do século XIII**: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio: Maringá, Eduem, 2012. p. 21-51.

PIMENTA, Alfredo (Ed.). **Fontes medievais da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1948. Volume I. Anais e Crónicas.

SARAIVA, Antônio José. **História da cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, v. I.

As influências do conhecimento universitário francês do século xiii na educação do monarca português D. Diniz

*Mariana Vieira Sarache - Terezinha Oliveira*